

UMA PROPOSTA SEMÂNTICA PARA A COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES: RESGATANDO OS CRITÉRIOS DE BALLY

*Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi**

RESUMO: *O objetivo deste trabalho é discutir uma proposta essencialmente semântica para o tratamento da combinação de orações. Tal proposta foi formulada a partir da consideração de um conjunto de critérios presentes em um texto de Charles Bally (1965), no qual o autor utiliza noções de ordem semântica, como, por exemplo, a bipartição em Tema-Propósito, para distinguir três formas de combinar enunciações, que ele denomina Coordenação, Segmentação e Soldadura.*

PALAVRAS-CHAVE: *combinação de orações; coordenação; segmentação; soldadura*

Introdução

A coordenação e a subordinação são os principais recursos para a montagem de orações compostas¹. A distinção entre eles há muito tempo ocupa gramáticos e lingüistas, mas nem sempre as discussões em torno do assunto alcançaram a clare-

* Universidade Estadual Paulista – UNESP – São José do Rio Preto.

¹ Há gramáticos que estendem essas possibilidades. José Oiticica (1952), por exemplo, reconhece outro modo de construção de períodos, a correlação, que freqüentemente é confundida, nas gramáticas brasileiras e estrangeiras, com a subordinação.

za esperada. A solução tradicional - que está longe de dar conta de todos os fatos - consiste em distingui-los a partir do tipo de relação que se estabelece entre as orações: a coordenação envolve uma relação de independência sintática, em que as orações constituintes são de mesmo estatuto, portanto autônomas; enquanto a subordinação, pelo contrário, envolve uma relação de dependência, em que as orações são de estatuto diferente: uma delas se insere na outra e funciona como parte dela.

No presente trabalho, retomo essa discussão com o objetivo de buscar parâmetros relevantes para explicar as possíveis formas de combinar orações. Para tanto, recorro a uma proposta teórica relativamente antiga, que tem entre outras vantagens a de lançar mão não só de critérios sintáticos, mas também semânticos. Trata-se de um trabalho de Charles Bally, intitulado *Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée*, no qual identifiquei a possibilidade de atribuir à combinação de orações um caráter gradual explicável pela concorrência de vários fatores.

Trabalhar com esse texto de Bally, cuja importância já foi reconhecida antes por Ducrot (1977), Koch (1987), Guimarães (1987) e Carone (1988), é sempre um desafio, visto que, apesar de altamente estimulante, o texto é pouco objetivo e contém algumas passagens obscuras. Isso se explica, em grande parte, pela perspectiva científica da época na qual foi escrito, fortemente baseada na introspecção. A complicada tarefa a que me proponho é então, num certo sentido, a de tornar operacional um estudo que não foi feito com essa pretensão. Tal tarefa exigiu de minha parte um grande esforço de explicitação, que freqüentemente me obrigou a fazer conjecturas para preencher os vazios que ficam no texto original.

1. A Proposta de Charles Bally: Coordenação > Segmentação > Soldadura

Em um dos capítulos de seu *Linguistique Générale et Linguistique Française* (1965[1944]), Bally traz para o estudo das

orações compostas uma contribuição extremamente original que difere muito da classificação tradicional em coordenadas e subordinadas. O caráter particular de sua abordagem já aparece na própria noção de oração, que é desvinculada da representação, a que estamos acostumados, que estabelece uma distinção sintática entre sujeito e predicado gramaticais. Para o autor, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, a saber, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o tema e o propósito. O tema é definido como o ponto de partida ao qual é acrescentado o propósito, que traz a informação mais importante ou saliente (em geral, nova) para a comunicação. A seqüência (tema)propósito corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

Ao introduzir as noções de tema/propósito, Bally se utiliza de um certo psicologismo que faz lembrar Hermann Paul (1886). No modelo de oração de Paul, que também é independente da sintaxe, sobressaem dois elementos, que têm funções psicológicas bastante diferentes, o sujeito e o predicado psicológicos, definidos por ele da seguinte maneira: “o sujeito psicológico é a primeira quantidade de idéias existente no consciente do que fala, do que pensa, e a ela associa-se uma segunda, o predicado psicológico”. Por outras palavras, Paul esclarece que o sujeito psicológico é aquele sobre o qual o falante dirige a atenção do ouvinte, enquanto o predicado psicológico é tudo o que se informa de relevante sobre o sujeito. O principal recurso que, segundo Paul, distingue sujeito e predicado é prosódico: o predicado psicológico é mais proeminente.

Bally dá a entender que da dicotomia tema/propósito resultam duas estruturas: monorrema e dirrema. Entende-se por monorrema toda expressão constituída somente pelo propósito, ficando o tema subentendido. O monorrema pode comportar elementos do contexto situacional e, na maior parte dos casos, cabe à entoação determinar sua modalidade de asserção, pergunta, or-

dem, etc. O dirrema, por sua vez, é a estrutura composta que apresenta explicitamente os dois membros, o tema e o propósito. O autor sustenta uma relação genética entre essas duas estruturas, no sentido de que o dirrema seria uma forma condensada de dois monorremas, em uma única enunciação, como resultado de um processo de mudança motivado por pressões analógicas², as quais determinam que o modelo do monorrema seja aplicado a um conjunto mais complexo de elementos, levando-o a se cristalizar. Essa cristalização apresentaria graus diversos e, com base nessa gradualidade, Bally propõe três tipos de enunciação que têm a propriedade comum de ligar dois segmentos e a propriedade diferencial de dar a essa ligação uma rigidez crescente: Coordenação, Segmentação e Soldadura.

Para uma idéia inicial dessas três formas de enunciação, retomo um exemplo do autor. Ele utiliza os monorremas *coucou* e *frrt*, supostamente de uma linguagem infantil bastante rudimentar, para indicar, respectivamente, “um pássaro que faz *cuco*” e “o barulho das asas desse pássaro quando levanta vôo”. Ou seja, ele utiliza *coucou* e *frrt* como expressões de natureza sentencial que, no caso particular desse exemplo, se sustentam por uma relação icônica entre significante e significado. Numa primeira situação, imaginemos que, na língua falada, *coucou* equivale a “eu vejo um pássaro” e que *frrt* equivale a “eu ouço um barulho de asas”. Essas duas orações monorremáticas (*coucou* e *frrt*) podem ser pronunciadas separadamente, em circunstâncias diferentes. No entanto, se um certo indivíduo vê um pássaro e em seguida constata que esse pássa-

² As pressões analógicas, que segundo Bally são as responsáveis pela transferência do modelo do monorrema para a estrutura mais complexa dirrema, constituem, para mim, um domínio ainda misterioso. Se o dirrema é entendido como *monorrema + monorrema* e se o modelo do monorrema é (*tema*) *propósito*, então temos: (*tema*) *propósito* + (*tema*) *propósito* = *dirrema*. A analogia, penso eu, atuaria de maneira a fazer entender a estrutura *propósito + propósito*, do dirrema, em termos de *tema + propósito*, que é a estrutura do monorrema. Ou seja, por ação da analogia, o primeiro propósito tende a ser reconhecido como o tema do segundo.

ro levanta vôo, sua fala pode reproduzir essa sucessão por *coucou! frtt!*, em que os dois monorremas estão separados por uma pausa considerável, cada um com sua entoação própria. Essa estrutura, traduzida para a linguagem corrente como “eu vi um pássaro e ele voou”, é o que Bally chama de Coordenação.

Numa segunda situação, imaginemos que a citada sucessão de monorremas sofra uma primeira unificação, na qual os dois elementos passem a ser entendidos como pertencendo à mesma enunciação, ainda que separados por uma pausa mediana, normalmente mais breve que a da primeira situação. Nesse caso, teríamos a estrutura composta *coucou, frtt!*, interpretada na linguagem corrente como “esse pássaro, ele voa”, na qual o primeiro membro é o tema e o segundo, o propósito. A essa estrutura Bally dá o nome de Segmentação. Por fim, numa terceira situação, imaginemos que, ainda pela analogia com o monorrema, os dois termos alcancem uma unificação completa: “esse pássaro voa”. Essa estrutura ainda mais entrelaçada, que corresponde ao sujeito e predicado gramaticais, recebe o nome de Soldadura.

Dessa maneira, conforme o grau de entrelaçamento entre os elementos combinados, temos ora a Coordenação, ora a Segmentação, ora a Soldadura que, nos termos de Bally, correspondem, respectivamente, a unificação incipiente, a unificação relativa e a unificação completa. A seguir, discuto cada uma dessas três formas de combinação.

1.1 Coordenação

A coordenação semântica, nos moldes de Bally, deve satisfazer duas condições prévias: dados os segmentos C_1 e C_2 , eles serão coordenados se: (i) C_1 constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) C_2 constituir o propósito de C_1 . Por exemplo, em (01) temos dois atos de enunciação completos, em que o segundo (*não sairemos*) é apresentado como o propósito do primeiro (*faz frio*). A ordem inversa, como mostra (02),

também segue a mesma regra. Bally ressalta que os contornos entoacionais autônomos de cada enunciação envolvida e a existência de uma pausa considerável separando-as funcionam como pistas que permitem reconhecer a coordenação.

(01) Faz frio. Não sairemos.

Faz frio (e a propósito do fato de que faz frio, acrescento:) não sairemos.

(02) Não sairemos (e a propósito desse fato, acrescento:) faz frio.

Segundo Bally, a simples justaposição de duas enunciações não é suficiente para torná-las coordenadas (**Paulo chegou! Passe-me o pão!*), mas é preciso que exista entre elas, ainda que implicitamente, uma relação lógica, entendida como a relação de sentido que justifica a combinação das duas enunciações. Nos exemplos (01) e (02), mesmo na ausência de qualquer marca formal, podemos inferir, respectivamente, as relações de consequência e de causa: *faz frio* (e a consequência desse fato é que) *não sairemos*; ou, na ordem inversa, *não sairemos* (e a causa desse fato é que) *faz frio*.

Além da relação de sentido, Bally afirma que, na coordenação, a primeira oração é sempre retomada na segunda, normalmente por elipse³. Há casos em que a retomada pode ser explícita, como em: *chove. Porque chove, nós não sairemos*, e outros em que ela pode ser representada por um expoente do tipo: *chove, por causa disso* (isso = fato de que chove), *nós não sairemos*. Em outras situações, garante o autor, esse representante pode estar contido, por acúmulo⁴, em uma conjunção coordenativa: *chove, assim nós*

³ Bally chama de elipse a contraparte subentendida de um signo que figura num contexto precedente ou seguinte. Os exemplos oferecidos por ele são similares a: *A senhora X tem dois filhos, um de seis anos, outro de quatro (de quatro anos) - Onde você vai? (vou) para a faculdade.*

⁴ Bally diz que há acúmulo de significados quando um significante único e indívisível encerra vários valores, os quais as associações psicológicas permitem analisar claramente.

não sairemos, em que *assim* significa “por causa disso” (isso = o fato de que chove). Trata-se, portanto, de uma forma particular de referenciação anafórica: a retomada é sempre da totalidade da primeira oração, e não de apenas um dos constituintes⁵.

No modelo de Bally, as formas sintáticas de natureza coordenativa são variadas e aparecem tanto no nível das enunciações simples como no nível das compostas. Enquadram-se na coordenação de Bally as estruturas que a tradição gramatical denomina coordenada assindética (sem conexão explícita) e subordinada relativa explicativa. Além dessas, as construções de repetição e de enumeração também são consideradas formas de coordenação. A repetição, segundo destaca o autor, pode envolver desde interjeições (*Você obedece, senão pá, pá, pá*) e orações monorremáticas (*Saia! Saia!*), até sentenças completas (*venha rápido, venha rápido!*). A enumeração, por seu turno, agrupa diferentes elementos em torno de uma categoria comum como, por exemplo, *os homens, as mulheres, as crianças, todos foram massacrados*.

A partir do que foi exposto até aqui, é possível perceber que Bally passa com grande facilidade de um nível de análise para outro. Por essa razão, a originalidade de sua proposta não está apenas no fato de estabelecer um mecanismo funcional para explicar a combinação de orações (ou “enunciações”, para ser mais fiel ao texto do autor), mas também em sua tentativa de aplicar esse mecanismo em dois níveis, dentro do enunciado e entre enunciados. Com isso, ele consegue mostrar, de modo coerente, que a coordenação não é uma particularidade só de orações e que o mecanismo tema/propósito extrapola a estrutura intra-oracional.

⁵ Na sentença seguinte, a comparação entre as duas palavras grifadas torna evidente essa particularidade: *you redigiu mal seu trabalho; por causa disso, você deve refazer-lo*. A expressão *disso* retoma toda a oração prévia (*you redigiu mal seu trabalho*), enquanto *lo* retoma apenas o sintagma (*seu trabalho*).

1.2 Segmentação

A segmentação resulta da condensação parcial de duas enunciações coordenadas, em que, sendo imperfeita a soldadura, é possível distinguir as duas partes, com as respectivas funções de tema e de propósito. Distingue-se da coordenação, entre outros aspectos, por apresentar uma interdependência maior das enunciações, no sentido de que cada vez mais uma é necessária à compreensão da outra, e também por “deslocar” um elemento para fora da oração, sob a forma de vocativo, expressão adverbial deslocada e frase parentética ou intercalada. Isso equivale a dizer que há uma diferença fundamental no valor sintático do primeiro segmento: na coordenada, ele é autônomo, ao passo que na segmentada, ele é um elemento subordinado (*quando chove, permaneço em casa* ou *se desobedece, é punido*). Bally não aprofunda a questão da origem da segmentada, ele apenas sugere que ela emergiu a partir da retomada explícita da primeira oração coordenada: *Chove. Chove? Nós não sairemos*. De resto, toda sua explanação é baseada na comparação entre segmentação e soldadura, exemplificadas em suas formas mais simples por *essa carta, ela nunca chegou* (segmentação) e *essa carta nunca chegou* (soldadura).

A segmentação permite que os papéis de tema e de propósito sejam mapeados em quaisquer constituintes da oração, ou seja, por meio da segmentação a sentença pode apresentar diferentes elementos nas funções de tema e de propósito como, por exemplo: *Este problema, não consigo resolver; Resolver esse problema, eu não consigo; Quanto a mim, eu não consigo resolver esse problema*. O tema normalmente precede o propósito, mas a ordem pode ser invertida.

Além disso, na segmentação, as enunciações são separadas por uma pausa breve e as entoações dos elementos tema e propósito são distintas; normalmente a do propósito é mais saliente, o que permite distinguir claramente as ordens tema/propósito (entoação ascendente) e propósito/tema (entoação descendente).

A oração segmentada, explica Bally, pode comportar formas complexas, em que o tema inclui mais de um segmento como, por exemplo, *eu, aceitar esse compromisso, nem pense!*, em que *eu* e *aceitar esse compromisso* constituem um tema complexo. Além do mais, diz ele, uma segmentada pode figurar no interior de uma proposição subordinada, como acontece em (*vejamos se*), *com a força de nossa reivindicação, vencemos essa causa*, em que a porção *com a força de nossa reivindicação* é entendida por ele como uma segmentada do tipo tema/propósito, contida numa enunciação maior, também do tipo tema/propósito.

Outra particularidade é que a segmentada conhece formas incisivas. Nesse caso, há duas situações. Na primeira, o elemento tema, em uma segmentada tema/propósito, pode figurar por retardamento, no interior do propósito, como acontece com a expressão *de súbito* em *uma granada, de súbito, estourou*. Na outra situação, o tema, em uma segmentada propósito/tema, pode figurar por antecipação, no interior do propósito. O exemplo mais comum é o vocativo que, destinado a atrair a atenção do interlocutor, funciona como um tema geral sobre o qual repousa o enunciado em sua totalidade: *Paulo, venha aqui*. Outro caso reconhecido é o das orações parentéticas como em *venha aqui, disse ele*.

Bally sugere ainda que a segmentação dá conta de explicar a origem e o desenvolvimento de certas conjunções. Para ele, podemos mostrar, através de um estudo histórico, que o processo de condensação parcial de duas coordenadas tem por produto formas conjuncionais de coordenação. Em uma coordenada $C_1 C_2$, o autor explica que um termo de C_2 está predestinado a se tornar uma conjunção coordenativa quando contém um elemento que representa todo o C_1 . Esse elemento aparece inicialmente como uma forma de determinação adverbial que, nessa qualidade, não tem papel conectivo. Por exemplo, na sentença *faz frio, por causa disso nós sairemos*, a expressão *por causa disso* é um determinativo explícito do verbo e contém C_1 (*faz frio*) em sua totalidade. A estrutura

da segmentação faz com que este determinativo ocupe a posição inicial na sentença: *por causa disso, não sairemos*. A ligação que permite um termo de C_2 ser determinativo de C_1 vai lentamente se tornando frouxa e a passagem à nova função é completada quando o elemento não pode mais funcionar como determinativo, pois perde seu valor adverbial e se cristaliza na conjunção coordenativa.

A história evolutiva de *porém*, tal como apresentada na "Gramática Histórica da Língua Portuguesa" (1964), de Said Ali, serve para ilustrar a hipótese de Bally, de que várias conjunções teriam surgido a partir da Segmentação. Segundo esse gramático, o português antigo conheceu *porende* e *porém*, formas filiadas ao advérbio latino *per inde* (ou *pro inde*), que eram empregadas em sentido explicativo/causal, e que retomavam anaforicamente um conteúdo anterior, conforme o exemplo: *E vay-se tam taste que o nom poderedes já oje acalçar. E porende vos louvaria de ficardes*. A língua usual privilegiou o uso do termo mais curto, condenando *porende* ao desaparecimento. No curso do tempo, o emprego de *porém* em contextos específicos de contrajunção, assinalados principalmente pela presença de uma negativa, levou-o a uma transformação semântica: em lugar de significar "por isso", "por essa razão", passa a significar "apesar disso", "mas", "contudo". Nos termos de Bally, diríamos que *porém*, elemento de C_2 , contém em si a representação de C_1 , visto que expressa a causa/explicação de algo que ocorreu antes. Enquanto determinativo de C_1 , *porém* é advérbio ("por isso"), mas a partir do momento em que co-ocorre com a negação, passa a veicular oposição. Conseqüentemente, estreita-se a relação entre C_1 e C_2 , e o primitivo advérbio começa a funcionar como conjunção adversativa. De seu elemento fonte, a conjunção *porém* só conservou a mobilidade característica de advérbios, o que lhe garante emprego no início, intercalada ou no final de sentenças.

Uma outra fonte para a constituição de conjunções coordenadas é, segundo Bally, um sistema composto por três coordenadas, cuja mediana gradativamente passaria a ser entendida como

um elo entre a primeira e a última. Para o autor, este é o caso de *bien plus* (“muito mais”), do francês, que em uma sentença como *Paul a perdu beaucoup d’argent; bien plus: il est ruiné*, já é quase um coordenador. A passagem à nova função, diz Bally, é consumada na conjunção adversativa *mas*, proveniente do advérbio latino *magis*, que normalmente era empregado para formar comparativos perifrásticos, substituindo os comparativos em *-ior*. Como Ernout & Meillet (1967:378-79) explicam, *magis* foi unido a *sed* com o sentido de “mas antes”, para indicar uma ação que se efetua em preferência a outra: *non ex iure manum consertum, sed magis ferro/ rem repetunt* (“não levam ninguém perante o juiz para reivindicar o objeto em litígio, antes o reclamam a ferro”), e também chegou a ser empregado sozinho: *neque quisquam parens liberis uti aeterni forent optavit, magis uti boni honestique uitam exigerent* (“nenhum pai pediu aos filhos que fossem eternos, mas sobretudo que levassem a vida decente e honestamente”). Nesse ponto, a questão que se coloca (e que Bally não aborda) é saber se *mas* resulta de uma coordenação $C_1 C_2 C_3$ ou de uma $C_1 C_2$, ou seja, se *magis* deve ser considerado parte de C_2 ou entendido como autônomo.

1.3 Soldadura (frase ligada)

A soldadura é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação⁶, equivalendo a uma única intenção, sem pausas ou entoações contrastantes. Pelo menos em sua forma mais simples, como em *esse homem é inocente*, a soldadura não permite uma distinção absolutamente clara, por meio de

⁶ Bally sugere que a soldadura provém da condensação total de duas coordenadas. Os dados apresentados abaixo, colhidos do texto do autor, ilustram um caso de soldadura que envolve unidade complexa (01), e outro que envolve unidade simples (02):

(01) Há um homem aqui, (ele) deseja falar com você	(coordenação)
(01') Há um homem aqui que deseja falar com você	(soldadura)
(02) lat. Caesar vivit! Romae! (César vive! Em Roma)	(coordenação)
(02') lat. Caesar vivit Romae! (César vive em Roma)	(soldadura)

signos lingüísticos, entre tema e propósito. Estes são deduzidos do contexto pragmático e isso se deve, em grande parte, ao fato de que, nesse tipo de enunciação, há uma entoação coerente que caracteriza a oração em sua totalidade. Para uma soldadura complexa, do tipo *eu afirmo que esse homem é inocente*, o propósito também pode ser qualquer elemento, só depende do contexto. Assim, a identificação do propósito na soldadura se dá no nível discursivo-pragmático e não simplesmente no nível sintático-semântico. Outros casos analisados pelo autor, em que tema e propósito são deduzidos do contexto, são:

- (03) (fui passear) encontrei o João
- (04) Quantos filhos tem o João? Ele só tem uma filha
- (05) Os adultos podem falar bastante (já as crianças, nós fazemos calar)

Em (03), levando em conta o contexto entre parênteses, a oração inteira constitui o propósito, uma vez que o fato de encontrar o João é que constitui o objetivo visado pelo enunciado. No contexto de uma interrogativa parcial, como em (04), o elemento interrogado é sempre o propósito. Na situação contrastiva (adultos *vs* crianças), exemplificada em (05), o sujeito gramatical equivale ao propósito.

Bally chama a atenção para o fato de que freqüentemente a ordem padrão 'tema/propósito' e o acento estão em conflito e, por isso, as línguas tendem a recorrer a outros procedimentos para assinalar o tema e o propósito da soldadura. Um desses procedimentos é o uso da clivagem, que consiste na segmentação do material sintático das orações em duas porções: uma focal, que recebe relevo entoacional, e outra não-focal que, além de carregar uma pressuposição lógica, contém uma parte semelhante a uma oração relativa. Em português, esta segmentação é feita pelo acréscimo do verbo *ser* e/ou *que(m)* à oração, e resulta nas expressões: *é...que* e *é que...* (além de outras variantes possíveis). O emprego da expressão *é...que*, em conjunção com o acento entoacional, tem a propriedade de pôr em relevo o pro-

pósito. A depender da variante clivada usada, temos uma ordem característica: a ordem 'propósito/tema' é típica de orações do tipo *É o João que faz isso* e *João é que faz isso*, enquanto a ordem 'tema/propósito', é típica de *Quem faz isso é o João*. O segundo recurso capaz de destacar o propósito do tema é o uso da expressão *eis que...!*, que faz com que a oração inteira seja entendida como propósito: *eis que a chuva começa a cair!*. No entanto, sua variante descontínua *eis...que* distingue tema e propósito: *eis a chuva que começa a cair*.

Bally sustenta um parentesco tão estreito entre as três formas de enunciação que a permuta entre elas é sempre possível, desde de que a entoação e a pausa sejam modificadas:

(06) Tal pai, tal filho (coordenada)

(07) Se o pai tem um tal caráter, o filho também o tem (segmentada)

(08) O caráter do pai é também aquele do filho (soldadura)

Se pronunciamos a estrutura *tal pai, tal filho*, sob um mesmo paralelismo entoacional, formamos uma oração coordenada. Se a essa coordenada reservamos uma entoação ascendente-descendente e uma pausa menor, obtemos uma oração segmentada, como em (07). Mas se suprimimos a pausa e unificamos a entoação, a oração se torna uma soldadura, como em (08).

Ducrot (1977:127) retoma a classificação de Bally acerca das formas de combinar enunciações e acrescenta uma distinção estrutural importante entre coordenação e soldadura. Para tanto, lança mão da noção de "predicado complexo" que, conforme suas próprias palavras, é aquele "constituído quer por um predicado elementar sobre o qual agiram diferentes operadores, quer pelo amálgama de predicados elementares, ou de predicados elementares e orações". O predicado complexo é então atribuído à organização interna da soldadura, construção que comporta um só predicado formado pela fusão de predicados elementares.

Para mostrar a diferença entre o predicado complexo único da soldadura e os predicados independentes das coordenadas, o autor se serve de três artifícios. Primeiramente, ele submete a oração composta à interrogação e à negação. Num segundo momento, experimenta modificar a conjunção por meio do “somente”. Por fim, experimenta aplicar a clivagem à oração encabeçada pela conjunção. Todas essas transformações, garante Ducrot, só se aplicam, ou se aplicam mais adequadamente, à soldadura, em razão de seu tipo estrutural, formado por um predicado complexo.

Coordenada:

Pedro veio, de modo que Tiago partiu

- Negação e Interrogação

? Pedro veio, de modo que Tiago partiu?

? Pedro não veio de modo que Tiago partiu

- Somente

? Pedro veio, somente de modo que Tiago

- Clivagem

? É de modo que Tiago partiu que Pedro v

2. Vantagens e implicações do modelo de Bally

A proposta de Bally é altamente inovadora para sua época porque foge das representações gramaticais então vigentes: privilegia um tratamento semântico-pragmático da combinação de orações e dedica atenção especial à linguagem falada (ele argumenta em termos de entoação, pausas), fato singular num momento em que a escrita é que constituía de fato o material trabalhado pelos historiadores da língua. Além disso, Bally é um dos poucos a trabalhar com categorias contínuas, visíveis na maneira gradual como ele entende a relação tema/propósito, que está sempre presente, ora mais ora menos perceptível.

Por outro lado, a proposta é menos clara quando se trata de explicar desenvolvimentos diacrônicos. Todo esboço genético que

Bally faz ao longo do texto é, como ele próprio reconhece, rudimentar e incompleto. Apesar da pertinência de suas teses, elas são sempre descritas sem muita transparência. Como visto antes, uma das discussões mais significativas levantadas pelo autor, no plano diacrônico, diz respeito ao processo de formação de conjunções coordenativas. Segundo ele, os coordenadores resultam de um processo histórico de mudança lingüística, pelo qual itens de natureza adverbial são pressionados a funcionar como conjunções. Com isso, Bally lança simultaneamente alguma luz sobre a concepção que ele tem de “gramaticalização” (ainda que não nestes termos) e sobre a origem das formas conjuncionais nas línguas.

A adoção do modelo de Bally implica rever, entre outras coisas, a classificação das conjunções em coordenativas ou subordinativas. A conjunção *porque* é tradicionalmente subordinativa, mas no modelo de Bally ela pode figurar tanto numa coordenada como numa soldadura. É o que acontece nos exemplos abaixo, em que a mudança no padrão de entoação e a presença da vírgula são suficientes para alterar o tipo de combinação e gerar diferentes efeitos de sentido:

- (09) João virá para o casamento, porque prometeu
(coordenação)
- (10) João virá para o casamento porque prometeu
(soldadura)

No exemplo (09), temos um caso de coordenada, em que a oração composta reúne dois atos de enunciação independentes e sucessivos. De início, o falante afirma que João virá para o casamento e, a seguir, sendo admitido esse primeiro fato, um outro fato – (*João*) *prometeu* – é apresentado como explicação do anterior. Assim, há duas afirmações e a segunda é introduzida por meio de sua relação com a primeira ou, na terminologia de Bally, a segunda toma a primeira como tema. Uma boa paráfrase é: *eu afirmo/concluo que João virá para o casamento com base no fato de que ele*

prometeu. Já no outro exemplo temos um caso de soldadura, em que a oração composta compreende um único ato de enunciação, que pode ser parafraseado por: *João vem para o casamento por causa da promessa feita antes*. Esses exemplos do português fortalecem a afirmação de Bally de que existe um parentesco muito estreito entre as três formas de combinação e que um tipo oracional pode ser facilmente convertido em outro.

Essa ambigüidade no emprego de conjunções, à qual Bally (talvez mesmo sem querer) trouxe algum esclarecimento, é objeto de análise de uma teoria mais recente, desenvolvida por Sweetser (1991). A autora se empenha em mostrar que alguns itens lingüísticos, em particular as conjunções, podem receber diferentes interpretações conforme seus diferentes usos. A ambigüidade, esclarece ela, não é inerente ao item em si, mas ao domínio ou contexto pragmático em que o item está inserido. Ela estabelece três domínios dentro dos quais uma palavra se desdobra em formas polissêmicas: os domínios do conteúdo (ou sócio-físico), epistêmico (ou do raciocínio lógico) e conversacional (ou dos atos de fala). Para o nexos de causa do inglês (*because*), Sweetser distingue o emprego em que a conjunção assinala a causalidade de um evento no 'mundo real' (11); o emprego em que assinala a causa de uma crença ou conclusão (12); e o emprego em que indica a causa do ato de fala realizado (13):

(11) John came back because he loved her
(conteúdo)

(12) John loved her, because he came back
(epistêmico)

(13) What are you doing tonight, because there's a good
movie on (ato de fala)

O padrão de entoação e a pausa são, segundo a autora, índices importantes na identificação do domínio da conjunção. Ela argumenta que o padrão sem a vírgula, por permitir que a oração inicial seja tratada como informação compartilhada pelos

interlocutores, é impossível para as conjunções no domínio epistêmico e conversacional, pois há complicações em tratar uma conclusão lógica ou um ato de fala como conhecimento partilhado.

Para Sweetser, a maior dificuldade reside na distinção entre as conjunções de conteúdo e epistêmica, uma vez que, no caso das conversacionais, a forma pode ajudar a desvendar a interpretação: se uma sentença é interrogativa ou imperativa na forma, ela só pode estar no nível conversacional. Por isso, Sweetser examina mais detalhadamente a oposição entre conjunção de conteúdo e epistêmica. Os exemplos (14) e (15) são similares aos da autora.

(14) Ana ama Vítor porque ele a faz lembrar de seu primeiro amor

(15) Ana ama Vítor, porque ele a faz lembrar de seu primeiro amor

Em (14), que tem uma leitura de conteúdo, duas orações estão reunidas causalmente sob o mesmo contorno entoacional. A oração inicial pode ser tratada como pressuposta, já a oração seguinte é uma afirmação da relação causal que existe entre as duas orações: *eu sei ou pressuponho que Ana ama Vítor e a causa desse amor, no mundo real, é que Vítor faz Ana lembrar de seu primeiro amor.* (15), por outro lado, tem uma leitura epistêmica. Há duas afirmações sucessivas e a primeira funciona como uma conclusão lógica obtida a partir de uma premissa: *eu afirmo/ concludo que Ana ama Vítor com base no fato/premissa de que Vítor faz Ana lembrar de seu primeiro amor.*

Nesses termos, os diferentes domínios de interpretação propostos por Sweetser contribuem para a identificação do tipo de combinação de oração: as leituras epistêmica e de ato de fala estariam mais relacionadas à coordenação ou à segmentação de Bally, visto que nesses domínios há duas enunciações envolvidas, com entoações distintas e pausa; ao passo que a leitura de conteúdo estaria relacionada à soldadura. Assim, Sweetser consegue explicar, por

meio da passagem entre os domínios de interpretação, a possível conversão, a que se refere Bally, de um tipo oracional em outro.

Resta verificar ainda que estruturas do português se enquadram nas três formas de combinação de orações de que fala Bally. A seguir, apresento exemplos do português, análogos aos de Bally, visando a dar uma interpretação mais objetiva à proposta do autor. Excetuando as orações simples, que estão fora do escopo deste trabalho, e tomando como ponto de referência a classificação tradicional, que separa de um lado as sentenças coordenadas e, de outro, as subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, constato que:

(a) O modelo de Bally dá conta de explicar, de maneira mais satisfatória, as construções que as gramáticas chamam de subordinada adjetiva explicativa e adjetiva restritiva, cujos exemplos são respectivamente:

(16) O José Osmar, que é um excelente marceneiro, está sem serviço

(17) O rádio que você comprou não funciona

Para Bally, em (16) temos um tipo de coordenação em que C_2 (*que é um excelente marceneiro*) se apresenta como inciso em C_1 (*O José Osmar está sem serviço*). O caráter coordenativo dessa construção é marcado pela retomada de um constituinte de C_1 em C_2 , que é feita pelo pronome relativo anafórico *que* (= *José Osmar*); pelas pausas (vírgulas) obrigatórias que marcam as fronteiras da sentença explicativa, e pelos contornos entoacionais distintos. Já em (17) temos um exemplo de soldadura, em que duas orações (*you comprou o rádio* e *o rádio não funciona*) estão reunidas sob o mesmo contorno entoacional, sem qualquer pausa.

(b) As gramáticas chamam de coordenadas as orações independentes, que têm sentido completo por si mesmas e que podem se apresentar sob duas formas: (i) assindéticas (ou justapostas), quando colocadas

lado a lado, sem qualquer conectivo, separadas apenas por uma pausa (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos); ou, (ii) sindéticas, quando combinadas com auxílio de conjunção coordenativa. Ambas as estruturas coincidem com as coordenadas de Bally.

(18) Comprei uma loja e ganhei muito dinheiro
(sindética)

(19) Comprei uma loja, meu marido um açougue
(assindética)

A sentença em (18) compreende a combinação, por meio da conjunção aditiva *e*, de duas orações independentes. Embora compartilhem o mesmo sujeito (*eu*), essas orações podem ser tomadas separadamente que continuam a ter sentido completo. Semelhante ao modelo de Bally, as orações componentes têm contornos entoacionais distintos e são separadas por uma pausa. A referenciação pode ser explicada assim: *comprei uma loja* (e em função/conseqüência dessa compra) *ganhei muito dinheiro*. No exemplo (19), por outro lado, as coordenadas não apresentam conjunção. A primeira oração constituinte é retomada na segunda por elipse, com a finalidade de estabelecer contraste: *comprei uma loja* (e considerando este fato eu acrescento um outro fato que contrasta com o primeiro:) *meu marido comprou um açougue*.

(c) As orações subordinadas substantivas, segundo a gramática, exercem as funções sintáticas próprias de um substantivo, a saber, de sujeito, objeto, predicativo, aposto, complemento nominal, agente da passiva. Quando desenvolvidas, são introduzidas pelas conjunções integrantes *que* ou *se*. Esse tipo de oração subordinada forma com a oração matriz uma única unidade entoacional. Trata-se, portanto, de um caso claro de soldadura, como no exemplo (20),

(20) Informaram no jornal que a plataforma afundou

em que, dependendo do contexto, qualquer elemento pode assumir a função de propósito. No entanto, se essa construção

subordinada for deslocada à esquerda, o padrão de entoação muda, assim como também muda o tipo de conexão das orações, e passamos a ter o que Bally chama de segmentação como, por exemplo, em (21):

(21) que a plataforma afundou, informaram no jornal

No conjunto das subordinadas substantivas apresentadas pela gramática, creio que a única exceção fica por conta das orações apositivas, em particular aquelas introduzidas por dois pontos como, por exemplo: *ele me disse apenas isto: deixe-me em paz*, em que de forma alguma podemos considerá-la soldadura, uma vez que as orações constituintes têm contornos entoacionais distintos e são nitidamente separadas por uma pausa. Trata-se, mais provavelmente, de um caso de coordenação.

(d) As orações subordinadas adverbiais, segundo a gramática, funcionam como um complemento adverbial (de causa, comparação, concessão, condição, conformidade, finalidade, tempo, etc.) da oração principal de que dependem. Assim como as substantivas, as adverbiais formam com a matriz uma única unidade entoacional, constituindo mais um caso de soldadura, como exemplifica (22). Novamente, se a subordinada é deslocada à esquerda, a oração composta se transforma em uma segmentada, como em (23).

(22) As famílias perderam a esperança quando a plataforma afundou

(23) Quando a plataforma afundou, as famílias perderam a esperança

3. Os Critérios

O quadro abaixo reúne os critérios que extraí da exposição de Bally e os relaciona às três possibilidades de combinação: coordenação, segmentação e soldadura. No que segue, discuto separadamente cada um dos critérios.

Critério		Coordenação	Segmentação	Soldadura
dependência semântica	fraca	P		
	relativa		P	
	completa			P
distinção tema/propósito	estrutural	P	P	
	contextual			P
divisão em segmentos oracionais	só um segmento			P
	vários segmentos	P	P	
pausa	breve		P	
	considerável	P		
	ausente			P
referenciação		P		
oração como termo de outra				P

(a) *Dependência semântica*. A dependência semântica entre orações é parâmetro fundamental, pois sem ela não há oração composta. Ou seja, a colocação de duas orações lado a lado, mesmo sem o conectivo explícito, é justificada, antes de mais nada, pelo elo de sentido que pode ser inferido a partir dessa colocação. Segundo Bally, a dependência é frouxa na coordenação, em que as orações por si só têm sentido completo, conseguem transmitir uma mensagem; relativa, na segmentação, em que há uma interdependência maior entre as orações; e, completa, na soldadura, em que existe uma correlação tão estreita, que uma oração passa a ser indispensável à significação da outra.

(b) *Distinção tema/propósito*. Em lugar de analisar as orações em termos de sujeito e predicado gramaticais, vimos que Bally prefere analisar em termos funcionais de tema e propósito, entendidos respectivamente como o ponto de partida e o objetivo da comunicação. O autor argumenta que a oposição tema/propósito se realiza de for-

ma particular em cada tipo de oração composta. Nos casos de coordenação e de segmentação predomina o padrão habitual, em que o primeiro segmento é o tema e o segundo, o propósito. Já na soldadura, por outro lado, a distribuição do tema e do propósito é obtida no nível do discurso. Qualquer constituinte da soldadura pode ser o propósito, tudo vai depender das intenções do locutor. Em outras palavras, na coordenação e na segmentação a distinção tema/propósito é, na maioria das vezes, estrutural, ao passo que na soldadura ela é predominantemente contextual. A exceção fica por conta das formas de clivagem, que embora constituam um tipo de soldadura, têm a identificação do tema e do propósito proveniente da estrutura.

(c) *Divisão em segmentos entoacionais*. A entoação é, segundo Bally, um dos fatores de discriminação mais importantes. Para o tratamento da entoação, retomo o trabalho de Cagliari (1980), que faz uma adaptação, para o português, dos estudos de Halliday sobre o sistema entoacional do inglês. Segundo Cagliari, a estrutura fonológica do português é constituída por uma série de unidades rítmicas, denominadas pés. Cada pé contém pelo menos uma sílaba tônica e um número relativo de sílabas átonas. A sílaba que marca o início do pé vem sempre depois de uma pausa e recebe o nome de sílaba silenciosa, sendo representada pela notação \wedge . Em português, há mais de uma maneira de segmentar os enunciados em pés, conforme (24) e (25), nos quais as barras inclinadas delimitam os pés, e o sublinhado indica a tônica:

(24) / \wedge um / carro / novo nem sempre / é o me / lhor /

(25) / \wedge um / carro novo / nem sempre / é o me / lhor /

O conjunto de um ou mais pés dá origem ao grupo tonal, que é a unidade de entoação do português. Pé e grupo tonal não diferem só em termos de complexidade, mas há entre eles uma diferença maior, que é semântica: o pé, diferentemente do grupo tonal, não é uma unidade de significado, ainda que em certas circunstâncias a variação no ritmo possa veicular contraste de significados.

Todo grupo tonal representa uma unidade de informação que o locutor quer transmitir. Embora na opção não-marcada a unidade de informação seja coextensiva com a oração, é possível ter uma oração mapeada em duas ou mais unidades informativas, da mesma forma que podemos ter uma unidade informativa mapeada em duas ou mais orações. É o que mostram os exemplos de (26) a (29), em que cada grupo tonal é demarcado por barras inclinadas duplas.

- (26) // ^João viu o jogo ontem//
(27) // ^João // ^ viu o jogo ontem//
(28) // ^João viu o jogo ontem // ^ e depois brigou com a mulher//
(29) // ^João viu o jogo ontem porque não tinha nada para fazer//

A maneira como um enunciado é dividido em grupos tonais ou unidades informativas é freqüentemente referida por tonalidade. A tonalidade tem um papel muito importante na estruturação do discurso, uma vez que diferenças na segmentação em unidades informativas podem levar a diferenças na interpretação. Ou seja, quando mudamos a entoação de um enunciado, mudamos também seu significado. É o caso de (30) abaixo, em que podemos lançar mão das estruturas informativas para definir o escopo do adjunto adnominal “americanos”:

- (30) // ^negros e homossexuais americanos//
// ^negros // ^ e homossexuais americanos//

Também é o caso dos exemplos (31) e (32), formados respectivamente por uma e por duas unidades informativas:

- (31) // ^ Eu não / vim a / qui por / que ele me cha / mou //
(32) // ^ Eu não / vim a / qui // ^ por / que ele me cha / mou //

O recurso que utilizo para tornar clara a diferença semântica entre (31) e (32) é o apelo à pergunta: (31) seria uma resposta ade-

quada à pergunta “você veio aqui porque ele o chamou?”, e (32) seria uma resposta à pergunta “você não veio aqui por quê?”.

Além disso, o grupo tonal tem pelo menos uma sílaba que é destacada com uma marca especial de entoação ou tonicidade. A escolha da tônica está estreitamente relacionada à distribuição, em um enunciado, dos elementos “dados” e “novos”. Em português, conforme a posição da proeminência entoacional, podemos obter diferentes sentidos para uma mesma sentença:

(33) // ^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria // (não a proposta de namoro, de casamento, etc.)

(34) // ^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria // (não duvidou ou desconfiou)

(35) // ^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria // (não falsa ou de brincadeira)

Na distinção entre os tipos de orações compostas, a divisão em segmentos entoacionais é imprescindível: na perspectiva de Bally, coordenação e segmentação apresentam no mínimo dois segmentos entoacionais, ao passo que a soldadura se faz sob um único segmento.

(d) *Pausa*. O critério “pausa” foi abordado indiretamente quando falei de entoação. A noção de pausa é inseparável daquela de grupo tonal, visto que todo grupo tonal ou unidade informativa é necessariamente precedido por uma pausa, representada eventualmente por vírgula, ponto e vírgula, dois pontos ou ponto final. Segundo Bally, a presença da pausa sinaliza que se trata de coordenação ou de segmentação.

(e) *Referenciação anafórica*. Como produto da relação tema/propósito, Bally salienta que na coordenação $C_1 C_2$ existe uma relação anafórica, pela qual C_1 (tema) é retomado em C_2 (propósito). Trata-se de um tipo específico de referência: C_2 passa a conter um representante da totalidade de C_1 , e não de apenas um de seus termos. Esse representante pode ser o próprio conectivo coordenativo (*mas*,

pois, portanto, porque, por causa) que, dada sua natureza, é capaz de representar C_1 como um todo⁷. Teoricamente, segundo Bally, essa relação constitui um traço unicamente das coordenadas.

Defendo a necessidade de repensar a relação entre coordenação e anáfora, pois nem sempre fica evidente como C_2 retoma C_1 . Concordo com Bally no que diz respeito à necessidade de C_2 apresentar informação relativa a C_1 , afinal, ao pronunciar C_1 , o locutor faz o ouvinte considerar um conjunto de informações, que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informação trazida por C_2 . Contudo, sugiro que o conteúdo de C_2 pode tanto retomar a totalidade de C_1 , como também retomar apenas um de seus constituintes, ou ainda, por meio de associações que envolvem cálculo de sentido, retomar uma informação implícita, que é reconstruída via inferenciação, através da mobilização dos contextos lingüístico e cognitivo.

(f) *Oração como termo de outra*. No texto de Bally aparece desenvolvida, provavelmente pela primeira vez nos estudos da linguagem, a idéia de que uma oração subordinada (que, segundo ele, é passível de ocorrer na segmentação e na soldadura) funciona como um termo (sujeito, complemento verbal, circunstancial) da oração principal. Ele comenta que: *on sait que les propositions "subordonnées" introduites par "que" équivalent à des sujets ou des compléments d'objet, que celles qui commencent par une conjonction de sens spatial, temporel ou logique sont réductibles à des compléments circonstanciels* (p.65-66). A gramática tradicional elegeu essa idéia como o critério por excelência para a distinção entre coordenadas e

⁷ Bally diz que: *Ce qui caractérise la conjonction coordénative c'est le fait que son représentant représente la totalité de la première coordonnée, et non un de ses termes seulement (v. plus haut: à cause de cela). Ce critère est souvent doublé du fait que la forme de la conjonction lui interdit tout rapprochement avec le verbe de C_2 (p. ex. c'est pourquoi, aussi nous ne sortirons pas). En effet, toute conjonction de cette nature (donc, pourtant, mais, etc.) représente C_1 dans sa totalité.*

subordinadas. Contrariamente, dada a perspectiva teórica na qual o presente trabalho se insere, considero o critério “oração como termo de outra” como mais um, entre os demais.

Feita a discussão dos critérios, sugiro que eliminemos as redundâncias, fundindo os critérios “dependência semântica” e “oração como termo de outra”, por um lado, e “divisão em segmentos entoacionais” e “pausa”, por outro. Como resultado, o número de critérios reduz para quatro: dependência semântica, distinção tema/propósito, divisão em segmentos entoacionais e referenciação.

4. Esboço da classificação de Bally

O esquema abaixo resume a classificação e os critérios que tentei fazer sobressair do texto de Bally:

	Coordenação
Critérios	dep. semântica fraca
	tema/propósito estrutural
	2 segmentos entoacionais
	referenciação

Conclusão

Este trabalho procurou apreender e dar um caráter mais objetivo aos critérios que, subjacentes à exposição de Bally, permitem reconhecer graus diferentes na combinação de orações.

O quadro que emerge da exposição de Bally é, a meu ver, mais interessante que aquele que emerge das abordagens tradicionais, que se limitam a associar as orações à coordenação ou à subordinação, procedimento que leva a agrupar sob o mesmo rótulo, uma quantidade de construções profundamente diferentes. Tal avaliação se fundamenta nos fatos de que: (i) na exposição de

Bally, o número de critérios é muito maior, como também é maior a riqueza de detalhes com que são tratados; (ii) Bally não trabalha apenas com critérios de ordem sintática; (iii) Bally dá abertura para acomodar estruturas diferentes das tradicionais: ele consegue combinar orações simples e orações compostas, aplicando a ambas a idéia de que a construção se faz por meio de um tema e de um propósito; e, (iv) parte dos critérios de Bally são categorias contínuas, que sugerem diferenças de grau na força com que as orações se combinam.

Dada a gradualidade inerente aos critérios que compõem o modelo de Bally, creio que o que mais se tem a ganhar não está propriamente em utilizá-los para distinguir este ou aquele tipo de combinação, mas na vantagem de poder considerá-los fatores, em princípio independentes, que podem afetar o grau de independência com que as duas orações entram na formação de uma estrutura composta e, portanto, como testes que permitem estabelecer se determinado tipo de construção está inserido, em termos tradicionais, no domínio da coordenação, da subordinação, ou da área nebulosa que existe entre elas e que possivelmente inclui uma série de construções, cujos limites são pouco precisos.

ABSTRACT: *This paper discusses an essentially semantic approach to deal with clause combining. It is based on a set of criteria drawn from a text by Charles Bally (1965), in which the notions of semantic order, such as the bipartion in Theme/Purpose, are used to distinguish three forms of clause combining: Coordination, Segmentation and Linking.*

KEYWORDS: *clause combining; coordination; segmentation; embedding*

BIBLIOGRAFIA

- BALLY, C. (1965[1944]) *Linguistique générale et linguistique française*. 4ª ed. Éditions Francke Berne.

- CAGLIARI, L. C. (1980) Entoação do português brasileiro. *Estudos Lingüísticos* III, p. 308-327.
- CARONE, F. (1988) *Subordinação e Coordenação: Confrontos e Contrastes*. São Paulo: Ática.
- DUCROT, O. (1977) *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- ERNOUT A.; MEILLET A. (1967) *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. 4ª ed. Paris: Librairie C. Klincksiech.
- GUIMARÃES, E. (1987) *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes.
- KOCH, I. (1987) *Argumentação e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- OTICICA, J. (1952) *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- PAUL, H. (1886) *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução portuguesa de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAID ALI, M. (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos.
- SWEETSER, E. (1991) *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.